



BRASIL E ÁFRICA DO SUL NO CONTEXTO DO APARTHEID: relações e rupturas

MARIANA SCHLICKMANN¹

RESUMO: Durante décadas a África do Sul foi a maior parceira comercial do Brasil entre os países africanos, mesmo em pleno auge do regime de *Apartheid*, que legitimava a institucionalização da segregação racial. Porém, ao mesmo tempo, o Estado brasileiro se empenhou desde os anos 1930, na construção de uma imagem do país como símbolo de convívio harmônico entre as raças, de modo a forjar uma civilização mestiça. Deste modo, este artigo busca compreender a relação entre estes dois países, em um recorte temporal delimitado entre 1961 e 1979.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Internacionais, História do Tempo Presente, África do Sul, Culturas Políticas, Estudos Africanos.

INTRODUÇÃO:

O presente artigo busca debater a respeito das relações políticas, diplomáticas e econômicas entre Brasil e África do Sul, no âmbito da história política e das culturas políticas. A história política é a análise dos processos que abrangem o poder, na esfera individual e coletiva, nas tensões e lutas que estas implicam e nas ideias que as embasam e orientam.² Ela não é uma história do Estado, apesar de utilizar muitas fontes produzidas por ele. Por isso, conforme afirma René Rémond, o/a historiador/a deve ser cuidadoso/a em sua metodologia para não se ater ao estudo do Estado:

O Estado jamais passa de instrumento da classe dominante; as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas a expressão da relação de forças. Ater-se ao estudo do Estado como se ele encontrasse em si mesmo o seu princípio e a sua razão de ser é, portanto, deter-se na aparência das coisas. Em vez de contemplar o

¹¹ Licenciada e Bacharela em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina em 2012. Mestre em História na Universidade Federal de Minas Gerais em 2015. Doutoranda em História na Universidade do Estado de Santa Catarina, orientada pelo Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso. Contato: mariana.schli@gmail.com

² SIRINELLI, Jean-François. **Abriu a História:** Novos Olhares sobre o século XX francês. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 106.

reflexo, remontemos à fonte luminosa: ou seja, vamos de uma vez à raiz das decisões, às estratégias dos grupos de pressão. (RÉMOND, 2003, p. 20)

Assim, essa pesquisa foca nas diretrizes da política externa brasileira para África do Sul, os agentes que as colocaram em prática, os impactos e resultados dessas ações e também reflete um pouco acerca de todo o continente africano.

Por sua vez, as culturas políticas podem ser entendidas como o “conjunto de valores, tradições, práticas, representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado” (MOTTA, 2009, p. 21). Além do passado, este conjunto de práticas também pode influenciar e moldar projetos políticos planejados para o futuro. Eliane Dutra reforça o conceito ao afirmar que:

É justamente essa porção de um patrimônio cultural indiviso – experimentado no curso de uma existência, a um só tempo individual e coletiva, por referência de sistemas de valores, de regras e de crenças compartilhados em função de uma leitura comum do passado; de aspirações e projeções de um futuro a ser vivido em conjunto; e da comunhão de uma visão de mundo [...]” (DUTRA, 2002, p. 24)

Deste modo, para apreender as dinâmicas das culturas política, a política internacional do Estado-nação brasileiro em sua relação com África do Sul, deve ser analisada como uma estrutura, em uma longa duração, em diálogo com o conceito de Reinhart Koselleck. Para o autor, as estruturas são amplas, integram as mais diversas experiências cotidianas, e por isso, ultrapassam um registro cronológico, pois elas não se organizam segunda uma estrita sucessão de eventos passados. Elas implicam em uma maior estabilidade e duração e alternam-se em prazos mais longos. As estruturas de longo prazo permitem possibilidades para que os eventos incidam. Ele também afirma que:

Existem estruturas que são tão duradouras que permanecem guardadas no inconsciente ou na não-consciência daqueles que a viveram, ou cujas alterações se dão a tão longo prazo que escapam ao conhecimento empírico dos atingidos. (KOSELLECK, 2006, p. 137)

Mesmo com a ruptura que significou a deposição da democracia e início da ditadura civil-militar em diversas esferas sociais, políticas, culturais, no que tange às relações internacionais entre Brasil e África, há uma breve retração, mas não uma quebra.

RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA: UM BREVE PANORAMA

O fato é que no governo de João Goulart, ocorreu um grande investimento em África, com a criação, em 1961, da Divisão de África no Itamaraty e a abertura de três embaixadas em países africanos: Accra (Gana), Dacar (Senegal) e Lagos (Nigéria). A escolha destes locais pautou-se numa perspectiva estratégica, uma vez que Dacar, no Senegal, era um grande centro intelectual e exercia influência em toda a África de colonização francesa. Já a Nigéria, país mais populoso e rico em recursos naturais, era idealizado pelo governo como um futuro parceiro comercial. Por sua vez, Gana, consistia em centro estratégico na África Ocidental, detentora de grande expressão política e maior exportadora de cacau do mundo. É válido destacar também que a embaixada de Gana recebeu o primeiro embaixador negro brasileiro, o jornalista Raymundo de Sousa Dantas.³

Neste mesmo ano, ocorreu a exposição flutuante do navio-escola Custódio de Mello, organizada pelo MRE e Ministério da Marinha, viajando pela costa ocidental africana durante alguns meses com a finalidade de apresentar o Brasil e alguns produtos disponíveis para comercialização.⁴

Ainda em 1961, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos – IBEEA foi criado através do Decreto 50.465, de 14 de abril de 1961, subordinado diretamente à Presidência da República e localizado dentro do Ministério da Educação, no Palácio Capanema, Rio de Janeiro. O IBEEA era presidido por Cândido Mendes de Almeida, reconhecido cientista social, e tinha como principal função assessorar a Presidência nas relações entre Brasil e África, sem interferência e pressão do colonialismo português. O Instituto auxiliou, por exemplo, na

³ Raymundo de Sousa Dantas relatou sua experiência como embaixador no livro *África Difícil: Missão Condenada – Diário* (1965), obra em que descreveu as dificuldades enfrentadas, o racismo do Itamaraty e o abandono sofrido pela embaixada.

⁴ SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico**: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 38.

formação de uma política de relações comerciais com África, como afirma Oliveira, através das reuniões de debate sobre relações econômicas Brasil-África.⁵

Com o golpe de Estado e a deposição de João Goulart, o novo governo estabeleceu suas próprias diretrizes nas relações internacionais, e nos primeiros anos, as relações entre Brasil e África perderam fôlego. O IBEEA foi extinto em 1964, e a embaixada de Gana ficou três anos sem um embaixador. Entretanto, logo o Brasil voltou novamente suas atenções para o continente africano ao criar a primeira linha aérea entre Rio de Janeiro e Johannesburgo e enviar duas missões comerciais para viajar por toda África.⁶

Deste modo, apesar do impacto da ditadura abranger praticamente todos os aspectos da história do Brasil, no âmbito das relações entre Brasil-África, e mais especificamente, Brasil-África do Sul, ela não significou uma mudança estrutural. Obviamente, foi um acontecimento importante nesta série de eventos aos quais esta narrativa se dedica, mas não significou uma ruptura. De fato, a grande mudança estrutural, que modificou totalmente a dinâmica entre os dois países, foi o rompimento oficial das relações diplomáticas e comerciais na década de 1970, quando quinze países africanos assinaram uma resolução em que o Brasil e mais seis nações sofreriam boicote diplomático no fornecimento de petróleo caso não encerrassem relações com o regime de segregação sul-africano e findassem o apoio ao colonialismo português.⁷ Esta mudança foi significativa pois de acordo com Saraiva, mais de 50% das exportações brasileiras para o continente africano eram para a África do Sul, chegando a 70% no ano de 1962.⁸

No contexto daquele período, as duas primeiras crises mundiais do petróleo comprometeram o fornecimento do produto e aumentaram vertiginosamente o preço do barril.⁹ Nesta delicada situação, o Brasil deixou de se relacionar com a África do Sul até o fim do regime de *Apartheid*,¹⁰ visando garantir seu suprimento de petróleo e conquistar a confiança dos países africanos com os quais tinha planos comerciais. Flávio Sombra Saraiva confirma:

⁵ OLIVEIRA, 1987, p. 31.

⁶ PIERI, Vitor Stuart Gabriel de. OLIVEIRA, Fabiana de. Brasil e África: seis décadas de aproximação. **Revista Intelector**, vol XIII, n25, julho/dezembro 2016, Rio de Janeiro, p. 166.

⁷ SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Rev. Bras. Polít. Int.** 49 (2): 157-177 [2006], p. 160.

⁸ SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 40.

⁹ Para mais informações sobre o primeiro e segundo “choque do petróleo”, ver: SANTANA, 2006, p. 157-177.

¹⁰ Somente na década de 1990, com o decreto oficial do fim do regime de *Apartheid* e a eleição de Nelson Mandela para presidente, o Brasil retomou contato com a África do Sul. Em 1991, Mandela visitou o Estado brasileiro, retomando os relacionamentos comerciais.

A vulnerabilidade energética do Brasil nos anos 1970 e parte da década de 1980 ocupou papel ponderável na reaproximação ao continente africano. As duas crises do petróleo, em 1973 e em 1979, aceleraram a busca de novas parcerias internacionais. E isso viria explicar a superação gradual do comércio quase exclusivo com a África do Sul pelo intercâmbio crescente com outros dois novos parceiros atlânticos: Nigéria e Angola. (SARAIVA, 2012)

A partir daí toda a teia de relações do Brasil com países africanos foi reconfigurada, pois o impacto se estendeu e teve consequências por todo o continente, e o país teve que buscar outros parceiros comerciais. E assim, uma vez que essa pesquisa engloba não somente Brasil e África do Sul, mas também outros países do continente africano, ela adota uma perspectiva transnacional. De acordo com Isabel Hofmeyr, “a reivindicação do método transnacional não é simplesmente que os processos históricos são feitos em diferentes lugares, mas que eles são construídos no movimento entre lugares e regiões” (BAYLY, C.A. et al. 2006, p. 1444). Logo, na perspectiva transnacional, analisamos o trânsito de mercadorias e ideias entre os países supracitados.

No âmbito das culturas políticas, é importante operar o conceito de representação. Rodrigo Patto Sá Motta o define assim:

Importa realçar que a categoria representações está sendo entendida no sentido de “re-apresentar uma presença (sensorial, perceptiva) ou fazer presente alguma coisa ausente, isto é, re-apresentar como presente algo que não é diretamente dado aos sentidos” (FALCON, 2000:46). Dessa maneira, com base em enfoque de sentido amplo, representações configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.). (MOTTA, 2009, p. 21).

Mobilizando este conceito, pode-se perceber que o Estado criou um discurso acerca da democracia racial, com símbolos, mitos e um imaginário sobre o que é o Brasil e qual a imagem que o país buscou transmitir com este ideal.

Para compreender o mito da democracia racial no Brasil, é antes necessário entender como e por que esse imaginário foi elaborado, pois ele advém de uma necessidade do recém-criado Estado-Nação brasileiro.

Em finais do século XIX e início do século XX, grande parte das nações já estavam formadas, e o Brasil compunha um destes novos países. Segundo o historiador Eric J. Hobsbawn, no fervilhar deste período, diversas colônias proclamavam suas independências:

Doravante, qualquer corpo de pessoas que se considerasse uma “nação” demandaria o direito à autodeterminação, o que, em última análise, significava o direito a um Estado independente soberano separado para seu território. Em segundo lugar, e em consequência dessa multiplicação de nações “não históricas” potenciais, a etnicidade e a língua tornaram-se o critério central, crescentemente decisivo ou mesmo único para a existência de uma nação potencial. (HOBSBAWN, 1990, p. 144)

Atualmente, a ideia de nação perpassa por outras percepções, como a de Homi Bhabha, que pensa a nação como uma narrativa ambivalente, e propõe uma escrita da nação como uma ideia de performance e de “imaginação”, que se molda a referenciais cotidianos. Para o autor, ela é um “espaço liminar de significação, que é marcado internamente pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa, por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural”. (BHABHA, 1998, p. 210)

Contudo, neste contexto, do final do século XIX e começo do XX, o conceito de nação de Hobsbawn se encaixa melhor para a situação que se encontrava o Brasil. Assim, para além do território, autodeterminação e soberania, uma etnicidade e língua comum eram necessários para a consolidação do Brasil como uma nação. Nesta conjuntura, a questão da etnicidade tornou-se central com a transformação da “raça” em conceito central das ciências sociais no século XIX, e o nacionalismo étnico tornou-se protagonista. Logo, uma só nação devia pertencer somente a uma só raça, reforçando uma identidade com uma só língua. A dominação de uma língua oficial obviamente facilitava a comunicação, mas sua principal relevância era no âmbito de um pertencimento à uma comunidade imaginada e uma segregação aos que não dominam esse instrumento, ou seja, dominar a língua era dominar os instrumentos de poder, política e status.¹¹

No Brasil, a questão da língua só se pôs no governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, em um primeiro esforço para normatização e padronização do vocabulário. Até o período,

¹¹ HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 153.

a grande maioria da população era analfabeta, e apesar de o português ser a língua oficial, inúmeros outros dialetos e idiomas eram falados pelas pessoas.

Assim, nos primeiros anos da república Brasileira, a maior questão era como lidar com a questão da etnicidade, se maior parte da população era composta por africanos e seus descendentes? E além disso, como manter a hierarquia social com o fim da escravidão? Segundo Gilson Brandão de Oliveira Júnior, a solução foi construir um elo luso, “associa[ndo] o surgimento de nosso país ao contato com europeus/portugueses, supostamente responsáveis pelo seu descobrimento e pelo amálgama étnico que caracteriza a sua formação” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2010, p. 14). Deste modo, as raízes do Brasil foram fincadas na Europa, e nesta concepção, o Brasil nasceu devido a Portugal, sendo suas tradições e hábitos culturais advindos do velho continente. Pretendeu-se, desta forma, criar para o Brasil uma imagem de um país branco, e europeu, apesar de localizado nos trópicos, colocando automaticamente as populações indígenas e africanas à margem.

Neste período de racismo científico e teorias raciais, as populações eram divididas em raças, e o homem branco era tido mais “evoluído” na escala e o negro caracterizado unicamente em termos negativos. Por isso, como a mestiçagem era uma séria ameaça a “pureza” das populações/nações, e devia a todo custo ser evitada.¹²

Na década de 1930, a questão da identidade nacional é novamente debatida no governo Getúlio Vargas, que buscou reinterpretar a nação em um período de imigração europeia em massa para o país e da Segunda Guerra Mundial.¹³

A solução para a questão veio de um dos mais proeminentes pesquisadores na década de 1930, Gilberto Freyre (1900-1987), autor de duas obras clássicas do período: *Casa Grande & Senzala*, de 1933 e *Sobrados e Mocambos*, publicada em 1936. Ele sugere a mestiçagem, antes condenada, como marca característica da identidade nacional brasileira. Freyre manteve o elo luso em sua pesquisa, reforçando a importância de Portugal na constituição do Brasil, mas abriu espaço para a contribuição das populações indígenas e africanas, mesmo que em menor proporção, pois para ele o protagonismo era português e, os africanos, coadjuvantes neste

¹² SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1879 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 82.

¹³ PEREIRA, José Maria Nunes. **Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso**: o CEAA (1973 – 1986). Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991, p. 73.

contexto histórico. Gilberto Freyre entendia a mestiçagem como algo positivo, a ser incentivado, posicionamento importante para a criação do mito da democracia racial. Segundo o autor, a miscigenação proporcionava a convivência harmoniosa das três raças que construíram o país (indígena, africana e europeia).

Nas obras posteriores de Gilberto Freyre, essa idealização do português levou a criação do conceito de luso-tropicalismo, que afirmava a flexibilidade da população portuguesa em se adaptar a outros locais, em especial aos trópicos, e que a capacidade dos homens portugueses de miscigenar e absorver trocas culturais criou uma “civilização inter-racial nascida no espaço de colonização portuguesa” (PINTO, 2009, p.152). Este segundo momento da produção de Freyre ocorreu a partir da década de 1950, período em que sua obra no Brasil já estava desacreditada, mas sua projeção permitiu contatos estreitos com o governo português.

Criou-se desta forma, uma nova identidade, caracterizada a partir desse período como miscigenada, em uma convivência harmoniosa entre as três raças que construíram a nação: a branca, negra e amarela. O governo se esforçou em divulgar e vender esta imagem do país, consagrado como uma “democracia racial”. Ele utilizou este mito para se aproximar e se relacionar com os países africanos da África Austral, procurando mostrar um Brasil onde a população negra não se diferenciava da branca, já que possuía até embaixadores negros. No caso, Raymundo de Souza Dantas, enviado à Gana. O país se anunciava como o modelo de harmonia entre as raças, antagonizando o regime de Apartheid da África do Sul. Entretanto, o discurso não condizia com a prática, e a África do Sul foi por décadas, o maior parceiro comercial brasileiro em África, até o momento da ruptura das relações, que só ocorreram por pressões externas.

CONCLUSÃO:

Através dessa narrativa, buscou-se inscrever as relações entre Brasil e África do Sul na duração do tempo histórico, também mostrando um breve panorama da política externa brasileira em relação ao continente africano. Para isso, procuramos operar alguns conceitos como representação, nação, nacionalismo, cultura política, em uma tentativa de lançar novos olhares e questões para o objeto de pesquisa. Este exercício de mobilizar novos conceitos enriquece e dinamiza a produção da narrativa histórica, pois a história “só poderá reconhecer o

que está em contínua mudança e o que é novo se souber qual é a fonte onde as estruturas duradouras se ocultam”, por que “estas precisam ser buscadas e investigadas, se quisermos que as experiências históricas sejam traduzidas para uma ciência da história” (KOSELLECK, 2006, p. 327) o que não deixa de ser um desafio permanente para os/as historiadores/as.

BIBLIOGRAFIA:

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

AREND, Silvia; LOHN, Reinaldo. Introdução. In: AREND, Silvia (Ogr). **Um país impresso**: História do tempo presente e revistas semanais no Brasil 1960-1980. Curitiba: Editora CRV, 2014.

BHABHA, Homi. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BAYLY, C.A. et al. AHR Conversation: On Transnational History. **The American Historical Review**, 2006, vol. 111, nº 5, p. 1441-1464.

DANTAS, Raymundo de Souza. **África difícil**: missão condenada - diário. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.

D'ÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico**: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DÖPCKE, Wolfgang. “Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Ano 41, nº 1, 1998, p. 132-160.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5–22, jan/jun. 2012.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. **Varia História**, n. 28, dez. 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre a História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. **Agostinho da Silva e o CEAO**: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil. 2010. 235f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1987.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2001.

PENNA FILHO, Pio. A Evolução da política africana no Brasil contemporâneo. Trabalho apresentado no **II Encontro Memorial “Nossas Letras na História da Educação, Mariana, Instituto de Ciências Humanas e Sociais”**, 2009.

_____. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). **Rev. Bras. Polít. Int.** vol. 44, n.1, 2001, p. 69-93.

_____; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, jan/jun, 2007.

PEREIRA, José Maria Nunes. **Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso**: o CEAA (1973 – 1986). Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

PEREIRA, José Maria Nunes. Os Estudos Africanos na América Latina: Um estudo de caso. O centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). In: **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina**: herencia, presencia y visiones del otro. Córdoba; Buenos Aires: CLACSO,

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados-Universidad Nacional de Córdoba, 2008, p. 284.

PIERI, Vitor Stuart Gabriel de. OLIVEIRA, Fabiana de. Brasil e África: seis décadas de aproximação. **Revista Intellector**, vol XIII, n25, julho/dezembro 2016, Rio de Janeiro.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951–1974). **Revista UFG**, Junho 2009, Ano XI nº 6.

RIBEIRO, Claudio Oliveira. Brasil, África, Portugal: da política externa independente à CPLP. **Leviathan**, n. 1, 2004, p. 99-117.

_____. Adjustment changes: a política africana do Brasil no pós-Guerra Fria. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v.18, n. 35, fev. 2010, p. 55-79.

_____. Brasil-África: notas sobre política externa e comércio exterior (1985-2005). **Afro-Ásia**, n. 35, 2007, p. 281-314.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. A intriga e a narrativa histórica. V.1. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François (et al.) Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROUSSO, Henry. A História do Tempo Presente, vinte anos depois. In: PÔRTO JR, Gilson (org.). **História do Tempo Presente**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**. A História, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

SANTANA, Ivo de. **A experiência empresarial brasileira na África (1970-1990)**. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004.

_____. Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. **Rev. Bras. Polít. Int.** Vol. 46, n. 2, 2003, p. 113-137.

_____. Relações Econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 3, 2003, p. 517-555.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias. Brasília: EdUnB, 1996.

_____. **África parceira do Brasil atlântico:** relações internacionais do Brasil e da África no início do século *XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SARAIVA; José Flávio Sombra. GALA, Irene Vida. **O Brasil e a África no Atlântico Sul:** uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul. 2012. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1879 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIRINELLI, Jean-François. **Abrir a História:** Novos Olhares sobre o século XX francês. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.